

MODELO PARA ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES REFERENTE À CONSULTA PÚBLICA Nº 01 /2013

IMPORTANTE: As contribuições que não se tratem de alteração no texto da Metodologia, mas sim de Texto onde constem as contribuições e respectivas justificativas, deverão ser feitas por meio desta ficha. No item EXTRATO, deverá constar uma síntese da Nota Técnica, com no máximo 100 palavras. Esta ficha deverá ser preenchida e enviada para o e-mail cnap.consulta@planalto.gov.br. Todas as contribuições serão avaliadas e respondidas de forma consolidada em relatório específico.

NOME/IDENTIFICAÇÃO: Sindicato dos Práticos do Estado do Espírito Santo
CPF/CNPJ: 31.795.685/0001-33

EXTRATO: Particularidades na precificação dos serviços de praticagem na ZP14 e acordos de preços de serviço em vigor

COMISSÃO NACIONAL PARA ASSUNTOS DE PRATICAGEM- CNAP

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS - MODELO NOTA TÉCNICA

A metodologia para estabelecimento da precificação e acompanhamento do serviço de praticagem publicada pela CNAP propõe a elaboração de planilhas onde se determinam pesos para determinadas faixas de AB dos navios que trafegam na ZP. Ocorre que na ZP14, desde 1994 (há 19 anos) os valores para o serviço de praticagem vêm sendo acordados entre as partes interessadas, de um lado, representando a categoria profissional dos práticos, o Sindicato dos Práticos do Estado do Espírito Santo, e de outro, representando as agências de navegação, enquanto prepostos dos armadores estrangeiros, o Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado do Espírito Santo, com base em Unidades de Praticagem (UP) e não em faixas de AB. A construção, em conjunto, da referida UP representou uma significativa evolução nas relações entre as entidades signatárias, assegurando às negociações a exatidão do contexto regional. A proximidade entre os negociadores teve a virtude de permitir maior sensibilidade em relação aos respectivos questionamentos, resolvidos à luz das peculiaridades locais, tornando mais imediata a avaliação dos benefícios ou prejuízos decorrentes do pactuado nas negociações. A forma extremamente simplificada de cobrança veio de encontro a anseios de longa data manifestados pelas empresas de navegação.

A estrutura de valores do serviço na ZP14 baseia-se em determinadas faixas de Unidades de Praticagem (UP), um valor numérico que representa a medida volumétrica do casco do navio e que encontra referência similar em outros países, como por exemplo, no Canadá, como comprova o documento anexo (*Atlantic Pilotage Tariff Regulations*). Ali a Unidade de Praticagem (*Pilotage Unit*) é definida da seguinte forma:

“pilotage unit”, in respect of a ship, means the figure obtained by multiplying its length by its breadth and moulded depth and dividing the product by 283.17; (unité de pilotage)

Nos Acordos em vigor no Espírito Santo, durante quase duas décadas, a UP de um navio sempre foi obtida pela multiplicação do comprimento do navio (L), por sua boca (B) e pelo pontal máximo (P), em metros, dividido o produto por 283:

$$UP = (L \times B \times P) \div 283$$

A quantidade de UPs encontrada para cada navio os escalona, por faixas, sobre as quais se aplicam valores monetários, podendo ser um valor único para qualquer navio dentro da faixa ou um multiplicador da quantidade de UPs daquele navio específico, dependendo da faixa, valores estes que foram negociados diretamente com os tomadores de serviço. Os variados índices equilibram diferentes fatores considerados na estruturação da remuneração do serviço, tais como, particularidades de tipos de navios e manobras dentro da ZP, a fim de garantir um nível de receita adequado à remuneração do capital humano e demais ativos do serviço de praticagem.

Tal métrica, concebida de comum acordo entre as partes, representa o resultado de várias análises visando superar a instabilidade decorrente das reduções de valores de AB que ocorrem quando navios são reclassificados pelas sociedades certificadoras apesar de não haver alteração de suas dimensões. Como a UP baseia-se em medidas lineares e não em regras de mensuração que demandam inspeção, interpretação de regras e publicação dos valores obtidos, pelas sociedades classificadoras, a metodologia consolidada na ZP14 tornou-se mais sólida e transparente para tomador e prestador de serviços.

Considerando-se a hierarquia havida entre lei e atos administrativos, entendemos que seria válido também considerar o costume do lugar na fixação da retribuição pelo serviço, como recomenda o Código Civil em seu art. 596:

“Art. 596. Não se tendo estipulado, nem chegado a acordo as partes, fixar-se-á por arbitramento a retribuição, segundo o costume do lugar, o tempo de serviço e sua qualidade.”

Por essas razões, sugerimos à CNAP:

a) a consideração das particularidades específicas da estrutura de preços de cada ZP, a fim de se evitarem rupturas que possam ser prejudiciais às partes.

b) a utilização dos Acordos em vigor para o estabelecimento do price cap inicial em cada ZP, aplicando-se fator de qualidade e buscando assegurar tanto quanto possível o desejo e a autonomia das partes, dentro dos limites estabelecidos pelo regulador.